



Demonstrações Financeiras 2021

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento da Região dos Vales - Sicredi
Região dos Vales RS**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS

Encantado/ RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

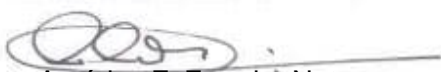
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 02 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-7



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa Sicredi Região dos Vales RS, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Crescer de forma sustentável sempre foi um dos norteadores na trajetória da Cooperativa, e em 2021 a soma da parceria dos nossos associados com a dedicação da nossa equipe de colaboradores, resultaram novamente em bons indicadores de desempenho, fortalecendo nossa forma de atuação e nossa solidez. Valorizamos a construção de um relacionamento de longo prazo e de confiança com o nosso associado, e para isso buscamos conhecer a realidade e necessidade de cada um para facilitar sua vida financeira com produtos e serviços adequados e preços competitivos. Prezamos pela proximidade com o associado, por isso disponibilizamos atendimento presencial em horário diferenciado, além de uma série de canais digitais, intuitivos e fáceis de usar, proporcionando mobilidade e facilidade.

Comprometidos com o crescimento dos nossos associados, durante o ano de 2021 atuamos em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da região. Nossas linhas tradicionais de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do poder público, viabilizando as atividades dos nossos associados e gerando impacto positivo nas comunidades onde estamos presentes, cooperando com as empresas e as pessoas que vivem aqui. Em 2021 tivemos novamente um crescimento expressivo na carteira de crédito, nas mais diversas linhas, com destaque para o financiamento de equipamentos para geração de energia solar e projetos na área do turismo.

Nosso compromisso com a região vai além da atuação econômica, por isso em 2021 reafirmamos o apoio a diversas iniciativas locais e ações sociais, dentre as quais destacamos o Projeto Juntos pela Região, Projeto Educação Financeira, Programa A União Faz a Vida e o Movimento Eu Coopero com a Economia Local.

Acreditamos que é através da soma de ações que construímos uma sociedade melhor, mais próspera e mais humana. Agradecemos aos nossos associados pela parceria em 2021, que nos permitiu apresentar novamente um desempenho sólido e sustentável. Em 2022 a Cooperativa celebra 40 anos de atuação, de parceria com nossos associados e com as comunidades de nossa região, e juntos vamos seguir construindo nossa história e cooperando por uma região cada vez melhor para se viver.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

ATIVO		31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		3.073.824	2.534.936	PASSIVO		2.466.693	2.003.444
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	2.821	3.279	DEPÓSITOS	(Nota 12)	2.102.208	1.757.578
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.126.897	2.566.994	Depósitos à vista		315.211	271.949
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	681.213	499.269	Depósitos de poupança		3	-
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	751.987	843.595	Depósitos interfinanceiros		34.689	14.183
Centralização financeira	(Nota 04)	373.916	217.098	Depósitos a prazo		1.752.305	1.471.446
Relações interfinanceiras		87	52	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		279.934	182.682
Operações de crédito	(Nota 07)	1.262.907	965.214	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	250.487	155.328
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	56.787	41.766	Obrigações por repasses	(Nota 14)	1.981	3.100
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 09)	(145.502)	(114.788)	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	27.466	24.254
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	7.158	3.098	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 16)	67	79
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	45.254	36.550	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	84.484	63.105
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	32.374	34.357	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 18)	607.131	531.492
INTANGÍVEL	(Nota 11)	4.822	5.446	CAPITAL SOCIAL		202.526	184.810
				RESERVAS DE SOBRAS		370.632	319.084
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		33.973	27.598
TOTAL DO ATIVO		3.073.824	2.534.936	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.073.824	2.534.936

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

Descrição das contas	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020 (Reapresentado)
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	144.749	232.523	153.861
Operações de crédito (Nota 07)	86.375	152.583	111.340
Resultado de títulos e valores mobiliários	47.256	65.506	38.133
Resultado das aplicações compulsórias	5	10	23
Ingressos de depósitos intercooperativos	11.113	14.424	4.365
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(78.891)	(111.248)	(61.888)
Operações de captação no mercado (Nota 12)	(49.443)	(68.308)	(35.378)
Operações de empréstimos e repasses	(5.440)	(8.941)	(6.022)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(24.008)	(33.999)	(20.488)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	65.858	121.275	91.973
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(18.581)	(31.606)	(18.786)
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 21)	22.493	43.019	35.988
Rendas de tarifas bancárias	3.272	6.032	6.040
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 22)	(19.561)	(37.445)	(33.954)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	(18.117)	(31.864)	(23.586)
Dispêndios e despesas tributárias	(144)	(392)	(798)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	8.803	17.987	23.399
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	(15.327)	(28.943)	(25.875)
RESULTADO OPERACIONAL	47.277	89.669	73.187
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	47.277	89.669	73.187
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19)	857	-	(1.751)
Provisão para Imposto de Renda	531	-	(1.069)
Provisão para Contribuição Social	326	-	(682)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(3.672)	(6.588)	(5.714)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	44.462	83.081	65.722

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2020	171.094	275.282	26.275	472.651
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	6.523	-	(13.087)	(6.564)
Destinações para reservas	-	13.137	(13.137)	-
Outras destinações			(51)	(51)
Capital de associados				
Aumento de capital	7.458	-	-	7.458
Baixas de capital	(4.639)	-	-	(4.639)
Resultado do exercício	-	-	65.722	65.722
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(3.067)	(3.067)
Juros sobre o capital próprio	4.374	-	(4.392)	(18)
Reserva legal - Estatutária	-	30.665	(30.665)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2020	184.810	319.084	27.598	531.492
Mutações do Exercício	13.716	43.802	1.323	58.841
Saldos no início do exercício em 01/01/2021	184.810	319.084	27.598	531.492
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	6.887	-	(13.759)	(6.872)
Destinações para reservas	-	13.799	(13.799)	-
Outras destinações	-	-	(40)	(40)
Capital de associados				
Aumento de capital	8.425	-	-	8.425
Baixas de capital	(5.141)	-	-	(5.141)
Resultado do exercício	-	-	83.081	83.081
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(3.774)	(3.774)
Juros sobre o capital próprio	7.545	-	(7.585)	(40)
Reserva legal - Estatutária	-	37.749	(37.749)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	202.526	370.632	33.973	607.131
Mutações do Exercício	17.716	51.548	6.375	75.639
Saldos no início do semestre em 01/07/2021 (Não auditado)	193.043	332.883	38.619	564.545
Capital de associados				
Aumento de capital	4.606	-	-	4.606
Baixas de capital	(2.668)	-	-	(2.668)
Resultado do semestre	-	-	44.462	44.462
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(3.774)	(3.774)
Juros sobre o capital próprio	7.545	-	(7.585)	(40)
Reserva legal - Estatutária	-	37.749	(37.749)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	202.526	370.632	33.973	607.131
Mutações do Semestre	9.483	37.749	(4.646)	42.586

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	65.138	115.457	81.088
Resultado do semestre/exercício	44.462	83.081	65.722
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	20.676	32.376	15.366
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	22.433	30.714	15.918
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	(299)	804	(2.524)
Depreciação e amortização	2.339	4.631	4.868
Baixas do ativo permanente	4	13	143
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(27)	(12)	28
Destinações ao FATES	(3.774)	(3.774)	(3.067)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	857	(45.582)	(156.957)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(78.281)	(181.944)	(166.659)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(8.456)	(9.286)	(9.418)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	8.468	(35)	(7)
(Aumento) em operações de crédito	(174.887)	(297.693)	(312.727)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	59.573	95.159	35.495
(Aumento) em outros ativos financeiros	(12.940)	(15.021)	(6.677)
(Aumento) Redução em outros ativos	(1.431)	(4.864)	933
Aumento em depósitos	179.747	344.630	290.399
Aumento em passivos financeiros	5.201	3.212	2.453
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(611)	(1.119)	3.100
Absorção de dispêndios pelo FATES	(877)	(1.271)	(1.092)
Aumento em outros passivos	25.351	22.650	7.243
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	65.995	69.875	(75.869)
Aquisição de investimentos	(8.704)	(8.704)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(506)	(870)	(1.006)
Aplicações no intangível	(590)	(1.167)	(1.108)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(9.800)	(10.741)	(2.114)
Integralização de capital	4.606	8.425	7.458
Baixa de capital	(2.668)	(5.141)	(4.639)
Juros ao capital próprio	(40)	(40)	(18)
Distribuição de Sobras	-	(6.912)	(6.615)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	1.898	(3.668)	(3.814)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	58.093	55.466	(81.797)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.009.485	1.012.112	1.093.909
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	1.067.578	1.067.578	1.012.112

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Resultado líquido do exercício	44.462	83.081	65.722
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	44.462	83.081	65.722

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 02/07/1982 e sede situada na R Heitor Alexandre Peretti, 385, na cidade de Encantado - Rio Grande do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2021, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2.127 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 21 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais) por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33 e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

Reapresentação das cifras comparativas:

A administração está reapresentando os saldos das demonstrações financeiras de 2020, apresentadas para fins de comparação, decorrentes de alteração na política contábil de acordo com o disposto no CPC 23, conforme abaixo:

(a) Ingressos de depósitos intercooperativos nas demonstrações de sobras e perdas

Em 2021, foi efetuada a reclassificação dos ingressos de depósitos intercooperativos, para fins de comparação, registrados em 31 de dezembro de 2020 como outros ingressos e receitas operacionais. A cooperativa entende que os valores aplicados nas Centrais via Centralização Financeira não se caracterizam como outros ingressos e receitas operacionais, conforme entendimento anteriormente adotado, devendo ser considerados como ingressos e receitas da intermediação financeira. Nessa operação os valores captados em centralização serão aplicados pelo Banco no mercado, gerando receita da intermediação financeira, e remunerado às centrais via centralização. Por se tratar de recurso de tesouraria aplicado, a natureza dessa receita se caracteriza como Intermediação Financeira, logo essa classificação é a mais adequada.

(b) Resultado não operacional

Entre as alterações normativas decorrentes da Resolução BCB nº2/20 ocorreu a mudança na forma de apresentação das demonstrações de sobras ou perdas. A cooperativa entende que o saldo relativo as sobras ou perdas do resultado não operacional não é mais parte integrante deste demonstrativo, conforme entendimento anteriormente adotado. Desta forma, a cooperativa reclassificou os saldos por natureza nos grupos de outros ingressos e receitas operacionais e outros dispêndios e despesas operacionais, para fins de favorecer a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Os valores reclassificados estão demonstrados nos quadros abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS E PERDAS	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	149.496	4.365	153.861
Ingressos Depósitos Intercooperativos	-	4.365	4.365
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(19.076)	290	(18.786)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	22.300	1.099	23.399
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	(25.066)	(809)	(25.875)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	4.655	(4.655)	-

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2022.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 3.148 (2020 - R\$ 6.963) referente a Atos Não Cooperativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades, pelos valores aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de renda fixa e multimercado, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa não investida em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.
- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro-rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro-rata-die* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ é de 15%, acrescida de adicional de 10% e a CSLL no qual a alíquota passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022, aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 16;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	2.821	3.279
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	690.841	791.735
Centralização financeira	373.916	217.098
Total	1.067.578	1.012.112

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2021 equivale a 99% do CDI (dezembro de 2020 - 98%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2021				31/12/2020
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Cooperativas	124.726	180.306	368.593	673.625	495.176
DI entre Banco e Cooperativa	137	4.019	3.432	7.588	4.093
Total	124.863	184.325	372.025	681.213	499.269
Total circulante				309.188	328.006
Total não circulante				372.025	171.263

As aplicações de DI entre Cooperativas são realizadas com a finalidade de fornecer liquidez, com taxa de remuneração de até 130% do CDI.

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na aquisição, com taxa de remuneração de 105% do CDI, e as operações de consignado INSS com taxa de remuneração de 100% e 130% do CDI.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2021				31/12/2020
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Letras financeiras subordinadas entre Cooperativas	-	-	52.792	52.792	51.860
Títulos de renda fixa - CPR	206	7.640	508	8.354	-
Cotas de fundos de renda fixa - FIRF	48.557	-	-	48.557	105.549
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	148.213	-	-	148.213	339.986
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	494.071	-	-	494.071	346.200
Total	691.047	7.640	53.300	751.987	843.595
Total circulante				698.687	791.735
Total não circulante				53.300	51.860

A Circular nº 3.068/01 do BACEN, que trata sobre a classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para o registro e avaliação contábil da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

As letras financeiras subordinadas são aplicações emitidas com cláusula de subordinação e foram firmadas em janeiro de 2019, novembro de 2019 e junho de 2020 com vencimento em janeiro de 2028, novembro de 2029 e junho de 2030, respectivamente.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é obtido a partir da curva de juros, baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3, e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2021			Total da carteira	31/12/2020
		A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	2.304	105.155	210.138	544.254	861.851	721.849
Financiamentos	112	11.900	33.041	159.458	204.511	135.120
Financiamentos rurais e agroindustriais	17	8.818	94.737	92.169	195.741	108.245
Financiamentos habitacionais	8	-	28	768	804	-
Total das operações de crédito	2.441	125.873	337.944	796.649	1.262.907	965.214
Avais e fianças honrados (Nota 08)	54	1	-	-	55	18
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	-	208	297	155	660	243
Títulos e créditos a receber (Nota 08)	-	37.719	13.487	19	51.225	38.211
Total de outros créditos	54	37.928	13.784	174	51.940	38.472
Carteira total	2.495	163.801	351.728	796.823	1.314.847	1.003.686
Total circulante					518.024	379.442
Total não circulante					796.823	624.244

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Mínimo	% Adicional (i)	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito						
			2021	2020	Mínimo 2021	Adicional 2021	Total 2021	Mínimo 2020	Adicional 2020	Total 2020	
AA	-	-	28.129	43.512	-	-	-	-	-	-	-
A	0,50	0,49	347.444	251.213	1.732	1.697	3.429	1.248	1.223	2.471	
B	1,00	1,99	421.919	275.942	4.213	8.384	12.597	2.752	5.475	8.227	
C	3,00	6,00	263.571	248.616	7.905	15.808	23.713	7.449	14.897	22.346	
D	10,00	15,00	172.351	118.100	17.220	25.830	43.050	11.783	17.675	29.458	
E	30,00	15,00	21.010	13.294	6.304	3.151	9.455	3.988	1.994	5.982	
F	50,00	15,00	17.891	17.361	8.945	2.684	11.629	8.681	2.604	11.285	
G	70,00	20,00	9.029	6.286	6.320	1.806	8.126	4.400	1.257	5.657	
H	100,00	-	33.503	29.362	33.503	-	33.503	29.362	-	29.362	
Total			1.314.847	1.003.686	86.142	59.360	145.502	69.663	45.125	114.788	

A Cooperativa adotou a partir de 2019 percentuais de provisão superiores aos mínimos definidos na Resolução 2.682/99 do CMN, levando em consideração, além dos critérios legais, a conjuntura econômica, projeções e cenários de incertezas do período, a experiência de atuação na região e o conhecimento que possui acerca de sua base de associados, em julho após análises dos cenários pelos colegiados da cooperativa (Diretoria Executiva e Conselho de Administração), foi adotado a estratégia de majorar o percentual de provisão do rating "A", dos atuais 0,50% para 0,90% a partir do mês de julho de 2020, como forma de proteger a cooperativa para futuros e eventuais aumentos da inadimplência.

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução BACEN nº 4.800/20 a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 444.504 (dezembro de 2020 - R\$ 325.670) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 23.912 (dezembro de 2020 - R\$ 21.292) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2021				31/12/2020	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	1.761	70.689	83.179	215.203	370.832	315.046
Rural	17	8.818	94.737	92.169	195.741	108.245
Industrial	53	26.595	34.614	92.169	153.431	158.164
Comércio	177	21.143	33.596	109.629	164.545	136.664
Habitacional	-	8	28	768	804	-
Pessoas jurídicas	487	36.548	105.574	286.885	429.494	285.567
Total	2.495	163.801	351.728	796.823	1.314.847	1.003.686
Total circulante					518.024	379.442
Total não circulante					796.823	624.244

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2021	%	31/12/2020	%
10 maiores devedores	249.540	18,98	207.514	20,68
50 devedores seguintes	209.668	15,95	156.918	15,63
100 devedores seguintes	133.620	10,16	106.535	10,61
Demais	722.019	54,91	532.719	53,08
Total	1.314.847	100,00	1.003.686	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	114.788	98.870
Constituição de provisão	93.595	87.895
Reversão de provisão	(59.596)	(67.407)
Movimentação de baixados para prejuízo	(3.285)	(4.570)
Saldo final	145.502	114.788

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e títulos descontados	65.014	112.842	86.731
Financiamentos	13.593	22.337	13.025
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.249	8.875	7.046
Financiamentos habitacionais	3	3	-
Outros	22	41	55
Subtotal	83.881	144.098	106.857
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	2.494	8.485	4.483
Total	86.375	152.583	111.340

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 17.164 (2020 - R\$ 33.842).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	51.225	38.211
Rendas a receber	2.579	2.881
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	660	243
Avais e fianças honrados (Nota 07)	55	18
Transações com cartão de crédito	2.252	413
Devedores por depósitos em garantia (Nota 17)	16	-
Total	56.787	41.766
Total circulante	56.597	41.630
Total não circulante	190	136

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Outros valores e bens	2.466	917
Adiantamentos e antecipações salariais	108	187
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	49	16
Adiantamentos para Confederação Sicredi	659	677
Impostos e contribuições a compensar	576	50
Pendências a regularizar	2.513	51
Valores em análise pela SFG	96	3
Outros	691	1.197
Total circulante	7.158	3.098
Total	7.158	3.098

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	5.084	2.733
Imóveis	4.970	2.698
Veículos	114	35
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(2.716)	(1.912)
Material em estoque	28	24
Despesas antecipadas	70	72
Total circulante	2.466	917

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(1.912)	(4.436)
Constituição de provisão	(1.154)	(456)
Reversão de provisão	350	2.980
Saldo final	(2.716)	(1.912)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	30.258	21.554
Sicredi Participações S.A.	14.995	14.995
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	45.254	36.550

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Número de ações/quotas possuídas	4.861.754 ON	4.861.754 ON	1	1	30.258.063	21.554.423
	10.132.814 PN	10.132.814 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,71%	1,27%	0,62%	0,62%	5,21%	5,31%
Capital social	2.108.211	1.178.211	161	161	580.337	406.094
Patrimônio líquido	2.111.744	1.222.087	368.071	334.310	591.058	416.563
Resultado líquido do exercício	(15.246)	38.149	33.761	21.363	-	-
Valor do investimento	14.995	14.995	1	1	30.258	21.554

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021			31/12/2020
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	49.467	(17.093)	32.374	34.357
Imobilizações em curso	-	662	-	662	669
Terrenos	-	3.958	-	3.958	3.958
Edificações	4%	27.136	(5.882)	21.254	22.340
Instalações	10%	3.148	(1.684)	1.464	1.719
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	493	(470)	23	28
Móveis e equipamentos	10%	6.801	(3.993)	2.808	2.811
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.336	(827)	509	587
Equipamentos de processamento de dados	20%	5.251	(3.781)	1.470	1.882
Veículos	20%	682	(456)	226	363
Intangível		17.255	(12.433)	4.822	5.446
Investimentos Confederação	10%	17.255	(12.433)	4.822	5.446

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

a) Composição dos depósitos por prazos de vencimento

Depósitos	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	315.211	-	-	315.211	271.949
Depósitos de poupança	3	-	-	3	-
Depósitos interfinanceiros	-	14.806	19.883	34.689	14.183
Depósitos a prazo	18.408	14.382	1.719.515	1.752.305	1.471.446
Total	333.622	29.188	1.739.398	2.102.208	1.757.578
Total circulante				362.810	289.732
Total não circulante				1.739.398	1.467.846

b) Despesas com operações de captações no mercado

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos interfinanceiros	618	798	438
Depósitos de aviso prévio	382	552	393
Depósitos a prazo	46.904	64.060	32.160
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	1.539	2.898	2.387
Total	49.443	68.308	35.378

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2021	31/12/2020
Repasses interfinanceiros	250.487	155.324
Recebimentos e pagamentos a liquidar	-	4
Total	250.487	155.328

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2021			31/12/2020	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	10.322	98.776	109.921	219.019	124.979
Total - Recursos do Crédito Rural	10.322	98.776	109.921	219.019	124.979
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	31.468	31.468	30.345
Total - Outros Recursos	-	-	31.468	31.468	30.345
Total	10.322	98.776	141.389	250.487	155.324

Total circulante	109.098	73.901
Total não circulante	141.389	81.423

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 20/12/2031, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2021			31/12/2020	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	317	949	715	1.981	3.100
Total	317	949	715	1.981	3.100
Total circulante				1.266	1.140
Total não circulante				715	1.960

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, possuem vencimentos mensais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para garantias financeiras prestadas	23.912	21.292
Recursos em trânsito de terceiros	3.550	2.919
Recursos vinculados a operações de crédito	4	43
Total circulante	27.466	24.254

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a obrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2021	31/12/2020
Cível	Provável	67	79
Total não circulante		67	79

Natureza	31/12/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2021
Cível	79	22	(34)	67
Total não circulante	79	22	(34)	67

Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 421 e R\$ 252 (dezembro de 2020 - R\$ 324 e R\$ 0), respectivamente.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 16 (dezembro de 2020 - R\$ 0), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Transações com cartões de crédito	50.214	36.919
Provisão para pagamentos a efetuar	7.244	4.732
Cotas de capital a pagar	2.421	2.266
Provisão para participações nos lucros	6.726	5.861
Fundo de assistência técnica, educacional e social	8.975	6.471
Impostos e contribuições a recolher	2.252	2.476
Credores diversos	3.444	2.623
Cheques administrativos	2.436	1.455
Cobrança e arrecadação de tributos	253	1
Pendências a regularizar	519	301
Total circulante	84.484	63.105

As transações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	202.526	184.810
Total de associados	73.705	69.662

Em 31 de dezembro de 2021, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 17.716 (dezembro de 2020 – R\$ 13.716), sendo R\$ 14.432 (dezembro de 2020 – R\$ 10.897) via integralização de resultados e R\$ 8.425 (dezembro de 2020 – R\$ 7.458), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.141 (dezembro de 2020 – R\$ 4.639).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4% em Conta Capital, no montante de R\$ 7.585, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 50% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	89.669	73.187
Participação nas sobras	(6.588)	(5.714)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	83.081	67.473
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(37.386)	(26.989)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	35.970	23.503
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	3.413	1.757
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(184)	(22)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	(1.751)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Administradora de Cartões (em dezembro de 2020), Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	681.213	499.269
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	751.987	843.595
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	373.916	217.098
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	2.444	2.399
Outros ativos (Nota 09)	659	678
Investimentos (Nota 10)	45.254	36.550
Intangível (Nota 11)	4.822	5.446
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	34.689	14.183
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	250.487	155.324
Outros passivos (Nota 17)	48.761	35.363
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	65.506	38.133
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 21)	19.742	14.546
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	702	826
Doação SFG	-	2.239
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 12)	798	438
Operações de empréstimos e repasses	8.847	5.964
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	1.574	1.175
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	9.138	8.894

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas nas mesmas condições às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2021	% em relação ao total	31/12/2020
Depósitos à vista	642	0,20%	801
Depósitos a prazo	18.637	1,06%	17.457
Operações de crédito	4.622	0,37%	4.633

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Pessoas chave da administração	4.377	4.024

NOTA 21 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Cartões	4.079	7.790	5.499
Cobrança	2.121	4.098	3.730
Comissões	19	90	158
Consórcios	1.370	2.665	2.938
Convênios	665	1.327	1.186
Distribuição de produtos e serviços bancários	10.166	19.360	14.248
Processamento da compensação	25	60	80
Seguros	3.092	6.083	6.162
Taxas e tarifas	629	1.003	1.782
Antecipação de recebíveis	110	195	87
Outros serviços	217	348	118
Total	22.493	43.019	35.988

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	10.497	21.565	20.643
Benefícios	4.503	7.521	5.789
Encargos sociais	4.558	8.346	7.497
Treinamentos	3	13	25
Total	19.561	37.445	33.954

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Água, energia e gás	507	1.026	871
Aluguéis	976	1.889	1.688
Comunicação	341	717	737
Manutenção e conservação	1.242	2.290	1.818
Material de expediente	241	457	506
Processamento dados	499	907	601
Propaganda e publicidade	283	451	308
Promoções e relações públicas	5.063	7.750	2.840
Serviços do sistema financeiro	1.627	3.110	2.493
Assessoria e consultoria	4	4	3
Serviços jurídicos	148	261	237
Serviços de terceiros	415	694	488
Serviços de técnicos especializados	1.491	2.721	1.722
Serviços de vigilância e segurança	883	1.674	1.598
Serviços de transportes	449	849	693
Depreciação	1.411	2.840	2.873
Amortização (Rateio Confederação)	928	1.791	1.995
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	877	1.271	1.092
Emolumentos e taxas diversas	255	341	147
Ressarcimento tarifas	30	48	61
Seguros	37	77	78
Outras despesas administrativas	410	696	737
Total	18.117	31.864	23.586

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Absorção de dispêndios - FATES	877	1.271	1.092
Lucros na alienação de valores e bens	47	51	210
Recursos recebidos Sicredi Fundos Garantidores	-	-	2.239
Recuperação de encargos e despesas	524	2.342	2.805
Reversão de provisões operacionais	1.072	1.196	5.960
Reversão de provisões impostos folha	1.320	2.131	1.940
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	4.172	9.469	7.895
Reversão de provisões para passivos contingentes	34	34	47
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	390	764	356
Outras rendas operacionais	367	729	855
Total	8.803	17.987	23.399

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	509	1.301	1.607
Contribuições Cooperativistas	75	148	143
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	82	193	493
Contribuição Confederação Sicredi	3.798	7.020	6.705
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	302	618	689
Encargos da administração financeira	2	2	3
Repasse Administradora de Cartões	-	-	108
Prejuízo na alienação de valores e bens	6	6	197
Provisões para garantias financeiras prestadas	7.436	12.090	10.444
Provisões para passivos contingentes	8	22	75
Outras provisões operacionais	1.237	3.360	2.433
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	1.240	2.831	2.293
Risco operacional	91	143	260
Tarifa serviços folha pagamento servidores	3	6	5
Outras despesas operacionais	538	1.203	420
Total	15.327	28.943	25.875

NOTA 26 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes das destinações	44.462	83.081	65.722
Doação SFG	-	-	(2.239)
Provisão adicional para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10.029	14.235	6.433
Resultado recorrente	54.491	97.316	69.916

NOTA 27 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2021	31/12/2020
Beneficiários de garantias prestadas	444.504	325.670
Total	444.504	325.670

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades”.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Relatório das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	594.753	511.796
Nível I (NI)	594.753	511.796
Capital principal - CP	594.753	511.796
Capital social	202.526	184.810
Reservas de capital	370.632	319.084
Lucros acumulados	33.973	27.598
Ajustes Prudenciais	(4.822)	(5.446)
Dedução de investimento em outras entidades	(7.556)	(14.250)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.894.045	1.439.356
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	14.008	5.939
Margem de Capital	391.341	372.716
Índice de Basileia (PR / RWA)	31,40%	35,56%
Situação de Imobilização (Imob)	32.376	34.358
Índice de Imobilização (Imob / PR)	5,44%	6,71%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2021, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Roberto Scorsatto
Diretor Executivo
CPF: 503.430.330-20

Fabício Antonio Tombini
Diretor de Negócios
CPF: 670.182.110-34

Vitor Antonio Fontana
Diretor de Operações
CPF: 765.350.370-53

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20